

FERNANDA ALVES BONON E JOSÉ ROBERTO MERLIN

Espaços públicos como instrumento de enfrentamento da violência

Public spaces as an instrument to fight violence

Fernanda Alves Bonon

Formada em Arquitetura e Urbanismo pela FAU da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2018). Participou de forma exitosa do Programa de Iniciação Científica (PIC) da universidade por duas vezes, pesquisando nos anos 2016-17 o tema “Morfologia de espaços urbanos que educam” e nos anos 2017-18 o tema: “Espaços públicos como instrumento e enfrentamento da violência”, obtendo com este último o Prêmio Mérito Científico do Centro de Ciências Ambientais e de Tecnologias (CEATEC) da PUC Campinas, em 2018. Por dois anos foi membro do Grupo de Pesquisa Requalificação Urbana vinculado às pesquisas da graduação e pós-graduação da universidade.

Graduated in Architecture and Urbanism at the Pontifical Catholic University of Campinas (2018). Successfully took part in the Scientific Initiation Program (PIC) at the university twice, with the research theme “Morphology of urban spaces that educate” (2016-17) and “Public spaces as an instrument and confronting violence” (2017-18), obtained with the latter the Scientific Merit Award from the Center for Environmental Sciences and Technologies (CEATEC) of PUC Campinas (2018). Has been a member, for two years, of the Urban Requalification Research Group linked to the undergraduate and graduate research at the university.

fernanda.bonon@gmail.com

José Roberto Merlin

Doutor em Estruturas Ambientais Urbanas pela USP São Paulo (2004). Professor da FAU PUC Campinas, desde 1975, nas áreas de projeto, urbanismo, planejamento e sustentabilidade, sendo orientador nos cursos de graduação, especialização e mestrado. Ocupou e ocupa inúmeros cargos ligados ao ensino tendo sido membro da ABEA e, mais recentemente, tem participado como membro de comissões científicas de inúmeros eventos científicos de âmbito nacional e internacional. Recebeu por duas vezes o Prêmio de Mérito Científico por orientação de trabalhos no Programa de Iniciação Científica, na PUC Campinas, sendo o último em 2018.

DSc. in Urban Environmental Structures at USP of São Paulo (2004). Professor at the Faculty of Architecture and Urbanism at PUC of Campinas, since 1975, working in the areas of design, urbanism, planning and sustainability, being an advisor in undergraduate, specialization and master's courses. He has held and still holds numerous teaching-related positions, having been a member of ABEA and has recently participated as a member of scientific commissions in numerous national and international scientific events. He received the Scientific Merit Award twice for guiding works about Public Spaces as an instrument to confront violence, in the Scientific Initiation Program at PUC of Campinas, the last being in 2018

jrmerlin10@gmail.com

Resumo

Esta pesquisa busca compreender a influência dos espaços públicos urbanos na formação cidadã e no comportamento humano, elucidando componentes de ambiência e da morfologia do lugar que possam auxiliar no enfrentamento da violência, compreendendo sua importância como forma de aprendizado informal, resultando em espaços potencialmente educadores. A concentração de pessoas pode potencializar a cidade como um grande centro educador. Com o advento da globalização e o avanço da tecnologia, há uma demanda de formação para além dos aprendizados anacrônicos proporcionados pela família e pelas escolas tradicionais, que difunda valores de cidadania e gere uma rede de ampla diversidade, necessária ao desenvolvimento coletivo. Tentando superar este quadro, em 1990, foi fundada a Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), que propõe que a cidade se transforme em elemento fundamental para potencializar ações educadoras, como se fosse uma grande escola. Para a realização das análises espaciais dentro desta ênfase, foi necessário desfragmentar a noção de “espaço físico” como mera concreção pragmática, algo sem vida e sem história, quando se sabe que os espaços são formativos e informativos, que educam ou deseducam, transcendendo sua materialidade. O principal objetivo será entender como características espaciais conseguem aumentar a segurança pública enfatizando a arquitetura como ambiente e simbologia. Para isso foram efetuadas pesquisas bibliográficas, documentais e iconográficas que tangenciam o assunto, amparadas em procedimentos qualitativos e exploratórios para entender a relação entre formas potencialmente educadoras no espaço público da cidade e sua relação com a violência urbana.

Palavras-chave: Espaços educadores. Violência urbana. Morfologia. Ambiência.

Abstract

The following research seeks to understand the influence of urban public spaces on citizen training and human behavior, elucidating components of the ambience and the morphology of the place that may help to cope with violence and that understands their importance as a form of informal learning, resulting in potentially educative spaces. Concentration of people can strengthen the city as a major educational center. With the advent of globalization and the advancement of technology, there is a demand for training beyond the anachronistic learning provided by family and schools, which disseminates external values of citizenship, and generates an educational network of wide diversity, necessary for individual and collective development. Trying to overcome this, in 1990 the International Association of Educating Cities (AICE) was founded, which proposes the city as a key factor to empower actions as if it were a great school. In order to perform the spatial analyzes, it was necessary to defragment the notion of “physical space” as a mere pragmatic concretion, something without life and history, when it is known that it is a formative and informative object that educates or miseducates, transcending materiality. The main objective of the analysis will be to understand how spatial characteristics can increase public safety emphasizing architecture as environment and symbology. Bibliographical, documentary and iconographic research was carried out, based on qualitative and exploratory procedures to understand the relationship between potentially educative forms in the public space of the city and its relationship with urban violence.

Keywords: Educational spaces. Urban violence. Morphology. Ambiance.

Introdução

Os espaços públicos estão passando por um processo de obsolescência precoce devido à nova cultura erigida pelos processos de globalização, que impõem mudanças instantâneas e efêmeras no espaço e no tempo, transformando-os em mercadorias que pressupõem uma conduta normatizada. Observa-se, assim, a implantação de uma “sociedade do conhecimento”, cuja semântica, a princípio, parece conduzir um modo de vida elevado e de qualidade, mas que, na verdade, tem aumentado as condições de pobreza junto com a concentração de riqueza nas mãos de poucos.

A desigualdade de distribuição de poder e capital tem como consequência a pobreza, a violência urbana e a desordem espacial, implementadas pela segregação sócioespacial. Esses fatores resultam na degeneração e decadência do sistema ético e moral antes imposto pelos meios familiares, igrejas e escolas que ratificam matrizes tradicionais, repercutindo negativamente e demandando uma nova organização do processo educador.

Nesse novo quadro, as instituições formais parecem não conseguir suprir a demanda educadora atribuída à globalização consumista da pós-modernidade, tidas como obsoletas perante o avanço dinâmico dos objetos técnicos e do conhecimento tecnológico. A complexidade na maneira em que é aplicado o “saber” nas instituições, sob a égide da globalização, coage o cidadão e descumpre as prerrogativas de gerar espaços educadores libertários, impondo uma visão regrada num padrão social que se encontra em constante mudança, cujos propósitos não são explicitados claramente.

Perante uma sociedade morfologicamente dinâmica, agora o cidadão precisa estar diuturnamente investigando e compreendendo as dinâmicas das transformações do mundo, e se aprimorando como sujeito perante a “sociedade do conhecimento”. Prevendo esse quadro, na década de 1970, iniciaram-se estudos com o apoio da UNESCO, que buscaram instrumentos para complementar a educação introdutória oferecida pela escola tradicional e o espaço urbano apareceu como uma opção educadora.

A cidade sempre foi fruto e lugar de concentração do conhecimento. O meio urbano é um espaço dotado de significado que reflete a estrutura social e explicita o estágio de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade que o produziu. Considerado como totalidade híbrida e indissociável entre sistema de objeto e sistema de ações (SANTOS, 1996), o espaço deixa de ser palco de atos humanos e assume status de instância social em um processo contínuo e difuso de troca de saberes, gerando outro tipo de formação para além da educação formal.

Ao continuar o processo buscando suprir as demandas do mundo globalizado através da cidade, foi criada, em Barcelona (1990), a Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), quando foi elaborada a Carta das Cidades Educadoras (revisada em 1994, em Bologna, e em 2004, em Gênova). Nela constam vinte preceitos que prescrevem formas educadoras de atuação para as quatrocentos e noventa e uma cidades membros existentes em 1999, abrangendo trinta e quatro países. A AICE considera que a cidade pode se converter na “maior escola do mundo”, desde que todas as ações da gestão municipal se transformem em atos educadores.

O oitavo preceito da Carta da AICE dispõe sobre a importância do processo do planejamento urbano físico e ressalta a relação do crescimento da cidade com a preservação da memória, estimulando a percepção e o contato com uma forma de conhecimento difundido e dinâmico, que valoriza a identidade e a cultura cidadã:

O planejamento urbano deverá ter em conta as fortes repercussões do ambiente urbano no desenvolvimento de todos os indivíduos, na integração das suas aspirações pessoais e sociais e deverá agir contra toda a segregação das gerações e pessoas de diferentes culturas, que têm muito a aprender umas com as outras. O ordenamento do espaço físico urbano deverá estar atento às necessidades de acessibilidade, encontro, relação, jogo e lazer e duma maior aproximação à natureza. (Carta AICE, 2004)

Constata-se que o espaço arquitetônico, mesmo citado, não figura como prioridade a ser tratada pela AICE, embora o processo de planejamento procure tratar de questões referentes aos programas de uso dos espaços.

Aqui se busca desvelar características dos espaços públicos, compreendendo sua importância no aprendizado informal, buscado em processos de formação continuada conforme incentiva e demanda a sociedade contemporânea. Nesse sentido, a arquitetura é um elemento fundamental, composto pela materialidade e pela simbologia, suscitando uma grande quantidade de experiências que, aclaradas pela dinâmica urbana e pela concentração de pessoas, resulta em espaços que transmitem significados diversos, passíveis de acolher funções e eventos capazes de aguçar a intuição e a percepção, interferindo nas relações e comportamentos humanos.

É necessário esclarecer a desfragmentação da ideia do “espaço físico”, banalizado como mera concreção pragmática, como algo sem vida e sem história. Considera-se que os espaços contam a história da civilização humana e são objetos informativos e formativos, que transcendem a crua materialidade. O conhecimento absorvido na cidade é fruto de uma relação social, estabelecido a partir de espaços complexos que possuem rugosidades, que resulta em sistemas de copresença e troca de experiências, atuando de maneira educadora ou deseducadora; logo, o espaço nunca pode ser considerado como “neutro”, mas, sim, como lugar que condiciona e revela a vida, sempre contendo um potencial educador que lhe é inerente.

A pesquisa busca desvelar características potencialmente educadoras inerentes ao espaço, e seu principal objetivo será entender como essas características, presentes nos espaços públicos da cidade, conseguem diminuir a violência urbana, usando a arquitetura como um dos instrumentos de enfrentamento, como é o caso das cidades colombianas de Bogotá e Medellín. Esta última reduziu drasticamente a violência a partir da revitalização de espaços públicos, que facilitam o encontro da população, melhorando a acessibilidade em todos os transportes públicos (metrocable, metrô, bicicletas etc.) num momento de estabilidade política dada pela pacificação do país, resultado das transformações com base no respeito à vida, à cidadania e aos espaços públicos.

Essas ações urbanas talvez sejam um modo de transformar o espaço urbano em instância social (SANTOS, 1996), influenciando no comportamento humano e contrapondo-se ao descaso em relação ao ambiente, que desorganiza a maioria das cidades e resultam em territórios caóticos que engendram processos de violência.

Espaço público como instrumento educador e de segurança pública

O espaço urbano é um elemento dinâmico que se encontra em constante transformação. Observa-se que o modo de desfrutá-lo se modificou consideravelmente, em vinte anos. Isso tudo é resultado de um processo de urbanização que, ligado ao avanço de meios tecnológicos e de informação, resulta numa rede de conexões distantes.

Quando nos situamos nos espaços da cidade, desenvolvemos uma série de relações fisiológicas e psicológicas com o meio que permite entendermos o entorno, sua forma, seu significado e como podemos dele desfrutar. Dessa forma, o meio urbano interage diretamente conosco por meio de sensações, causando emoções que são interiorizadas como conteúdo e significado, tratando-se de uma experiência ambiental.

Para reafirmar os espaços públicos como instâncias sociais (SANTOS, 1996), deve-se reconquistar práticas sociais e culturas urbanas, valorizando a diversidade, a democracia e o exercício de cidadania. O conhecimento adquirido no meio urbano é fruto das relações sociais estabelecidas a partir de espaços complexos e rugosos, fruto de um sistema de troca de experiência e copresença.

A nova cultura ofertada pela globalização impõe mudanças drásticas no tempo e no espaço de maneira instantânea, que vêm aumentando as condições de pobreza devido à concentração de riqueza nas mãos de poucos, resultando na desigualdade de distribuição de poder e de capital, gênese da pobreza e da violência, refletindo-se em desordem urbana e implementando a segregação socioespacial.

A segregação urbana tem como produto a setorização dos espaços da cidade em classes sociais, conforme uso, concentrando padrões normatizados e excluindo o convívio entre pessoas diferentes, erigindo medos sobre aqueles que não se enquadram nos padrões estabelecidos em sua classe, ou seja, a exclusão pela inclusão.

As altas classes sociais se veem isoladas da cidade e usam o medo da violência e do crime para justificar novas tecnologias de exclusão social e a retirada de alguns usos de bairros tradicionais da cidade (CALDEIRA, 2000), garantindo o exílio e o distanciamento daquelas pessoas diferentes que são consideradas perigosas. Esse pensamento constrói uma reordenação simbólica do mundo, naturalizando preceitos e a percepção de certos grupos como perigosos, resultando em vítimas de estereótipos.

Assim, o tipo de segregação socioespacial vigente fomenta dois novos modos de discriminação: a privatização da segurança e a reclusão de alguns grupos sociais em enclaves fortificados (CALDEIRA, 2000).

Esses fatores são refletidos diretamente na concepção arquitetônica e sobre o espaço público por meio de intercorrências que o medo da violência gera na paisagem: edifícios mais verticalizados, muros mais altos, espaços de convívio e lazer privatizados, câmeras de vigilância, condomínios fechados entre outros, criando novos padrões de segregação.

Atualmente, tais processos mudam a concepção de espaço público e interação das pessoas em público, transformando a qualidade de vida do espaço em algo obsoleto, que tem como produto a falta de reconhecimento afetivo com o lugar, portanto, o enfraquecimento da memória coletiva, dos valores históricos, da sociabilidade e da vivência, deseducando as pessoas e fomentando questões de insegurança e violência urbana.

Isso posto, é inequívoco que a demanda de segurança pública ultrapassa o limite do procedimento policial e se inscreve também como produto do desenho da cidade. No planejamento urbano, a segurança se insere nas intervenções físico-urbanísticas, interferindo diretamente no comportamento humano por meio dos cheios e vazios e pela arquitetura do espaço livre. Mostra assim, que o meio urbano possibilita criar instrumentos que intensificam a vivência urbana e diminuem a segregação espacial, trazendo a urbanidade em reflexão sobre o papel de cenários espaciais no comportamento psicossocial dos indivíduos.

A cidade é plural e multifacetada, polifônica e polissêmica e possui uma multiplicidade de cores, sons linguagens etc., da qual emerge a diversidade (DIAS; JUNIOR, 2017). Assim, a urbe é a materialização de momentos históricos e modelos culturais, que transmitem significados por meio de signos e símbolos.

Na crise urbana atual, há a dificuldade de interação entre vida privada e vida pública, revelando traços de aspectos individualistas, restando pouco tempo para o lazer, atividades comunitárias e expressão do exercício de cidadania. Tudo isso agregado aos “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000, p.09) resulta em espaços com poucos encontros que geram lugares de “passagem”, dessa forma, os “não lugares” vêm tomando conta da cidade.

A “cultura do medo” é uma prática discursiva estruturada por interesses hegemônicos dos meios políticos e de comunicação de massa, que especula sobre o “caos urbano” e apresenta um quadro distorcido da realidade, ao reafirmar o individualismo em detrimento das interações sociais e do contato com a natureza, fazendo com que, cada vez mais, os habitantes se tornem insensíveis ao cuidado e a preservação dos espaços públicos.

O décimo sexto preceito da Carta da AICE relata a importância do controle de mecanismos de exclusão que causam violência urbana e criam espaços segregados, ressaltando esforços do direito ao espaço livre coletivo:

As cidades deverão estar conscientes dos mecanismos de exclusão e marginalização que as afetam e as modalidades que eles apresentam assim como desenvolver as políticas de ação afirmativa necessárias. Deverão, em particular, ocupar-se dos recém-chegados, imigrantes ou refugiados, que têm o direito de sentir com toda a liberdade, que a cidade lhes pertence. Deverão consagrar todos os seus esforços no encorajar a coesão social entre os bairros e os seus habitantes, de todas as condições. (CARTA AICE, 2004)

A mudança do desenho dos espaços públicos tem múltiplos efeitos em termos de prevenção ao crime, quando se apresenta intensificando os elementos educadores. Existem qualidades que, quando aguçadas no campo da “educação urbana”, permitem o desenvolvimento humano e gera uma grande “sala de aula” ao ar livre. Segundo Merlin e Queiroga (2011) os espaços se tornam potencialmente educadores quando: as experiências ambientais promovem o convívio entre pessoas diferentes e permitem a troca de experiências, manifestações culturais (materiais e imateriais) promovendo a alteridade; a amostragem de resquícios da história permite compreender o que norteou o espaço como ele é; existe adequação entre espaço e seu entorno; a qualidade do design valoriza o lugar, dentre outras infindáveis qualidades que potencializam o espaço como educador.

Num olhar mais dilatado, os elementos que estabelecem um espaço potencialmente educador estão ligados a relações topológicas por meio da compreensão sensível do mundo. Um exemplo emblemático foi a redução considerável do índice de violência urbana de Medellín, através da implantação de projetos com alta qualidade arquitetônica, revitalização do espaço público e melhoria na acessibilidade em todos os meios de transporte público, facilitando o encontro da população. Por conseguinte, privilegiou-se espaços inclusivos que fomentam a convivência e a urbanidade, resultando em espaços potencialmente educadores e seguros.

É possível notar que a cidade desperta conscientemente nossa condição de cidadãos, por meio de princípios que permitem a educação libertária, em um ambiente dinâmico de aprendizado permanente. Assim, o desenho apropriado dos espaços públicos urbanos pode levar a uma redução do medo e da incidência do crime e uma melhoria na qualidade de vida.

Em 1968, Jane Jacobs iniciou a discussão da possibilidade de o ambiente físico ser um instrumento de enfrentamento da violência, fundamentalmente por meio da vitalidade das ruas no livro “The Death and Life of Great American Cities”. Em 1969, o arquiteto Oscar Newman criou a expressão “espaço defensável”, quando deu início ao planejamento de moradias, ali associando o projeto arquitetônico com a percepção das pessoas que residiam naquele espaço. Em suma, tratou da relação sentimental das pessoas com o senso de propriedade e a relação disso com a atividade criminal.

Em 1971, Clarence Ray Jeffery, criminologista norte-americano, cunhou o termo “Crime Prevention Through Environmental Design”(CPTED), após estudar a relação entre o ambiente físico e a incidência de crimes. O CPTED marcou um ponto de viragem a se pensar no comportamento antissocial do criminoso e, atualmente, é um modelo a ser seguido de representação que prevê comportamentos dos utilizadores legítimos ou dos potenciais criminosos (CROWE, 2000).

Historicamente, a ênfase na prevenção de crimes em territórios da cidade baseia-se em: dificultar o acesso à propriedade por meio de barreiras físicas e serviços de vigilância, legislação, normas etc. A estratégia pretendida pelo CPETD foi tornar o acesso ao objetivo do criminoso mais difícil, assim como, buscar princípios gerais para prevenção de crimes por meio de projetos arquitetônicos.

Os princípios fundamentados pelo CPTED para espaços mais seguros são: **Vigilância Natural**, em que as características físicas maximizam a visibilidade para a rua; o **Reforço Territorial**, que prevê barreiras que denominam a separação clara entre espaço público e privado; **Controle de Acesso Natural**, que busca a colocação de entradas, saídas, passadiços etc., baseando-se na rota de passeios, sinalização e elementos que indiquem claramente a direção aonde as pessoas devem ir e **Manutenção**, que prevê o uso contínuo do espaço, evitando sua degradação.

Entretanto, percebe-se que, ao longo do tempo, o pensamento sobre espaço público como instrumento de enfrentamento da violência perde a essência do civismo e da ética, pautado na cultura fomentada pelos encontros entre as pessoas e torna-se um instrumento a ser seguido. Os conceitos pautados pelo CPTED pouco consideram a cidade como elemento que transcende a crua materialidade e como possuidora de um potencial educador inerente, interagindo conosco através de sensações fruto de uma experiência ambiental, que pode oferecer um espaço urbano mais seguro. Desta forma, a pesquisa se pautou nas vertentes fundamentadas por Jane Jacobs, precursora do assunto que trata a vitalidade e a urbanidade como agentes essenciais para o respeito a alteridade humana e espaços públicos mais seguros.

Os elementos que estruturam e fundamentam os espaços públicos, como agentes que promovem a segurança e promovem a educação buscam igualdade entre as pessoas e despertam a consciência cidadã, valorizando a pluralidade e igualdade entre todos, colocando como necessidade os diferentes tipos de encontro, formando cidadãos críticos em face aos desafios da globalização. Segundo Jacobs (2000), o principal atributo de um distrito urbano próspero e seguro é que as pessoas se sintam seguras e protegidas na rua em meio a tantos desconhecidos.

Dessa forma, a reconquista do espaço público é vista como elemento articulador e estruturador que, entendido como fundamento da urbe e ícone de suas funções primigênicas, articula características educadoras inerentes que reconstróem sentimentos de cidadania, tornando fundamental para o enfrentamento da violência.

Elementos que configuram espaços urbanos seguros

O espaço público é um espaço de uso comum dotado de significado que, quando aclarado pela dinâmica urbana e concentração de pessoas, suscita uma grande quantidade de experiências, resultando em espaços que transmitem significados por meio de signos, influenciando direta ou indiretamente o comportamento humano. Assim, tem-se que a essência de um espaço urbano seguro e educador deve partir da premissa da vivência e da interação social, resultando em uma rede de cuidado mútuo.

Esta pesquisa busca desvelar elementos que configuram espaços potencialmente educadores atrelados ao enfrentamento da violência, impactando diretamente o fenômeno cultural, criando valores e ditando regras no comportamento humano.

Equipamentos urbanos são, por sua natureza, instrumentos que educam, geram identidade e nos fazem ser quem somos, intelectual e moralmente. A educação refere-se ao desenvolvimento e aperfeiçoamento das faculdades intelectuais e morais dos seres humanos, consistindo em fomentar o potencial criativo e civil das pessoas, adquirindo autonomia, fazendo com que elas desenvolvam seu próprio eu, aprimorando-se como sujeito perante a sociedade.

Com a valorização do sujeito por meio dos elementos arquitetônicos há o sentimento de pertença ao lugar e, quando aguçada pela educação participativa no campo da

“educação urbana”, permite um desenvolvimento humano que resulta na diminuição dos delitos criminosos. Em suma, a segurança não se restringe somente à força policial, mas de “poder andar em espaços urbanos seguros, resolver conflitos de forma pacífica, integrar as comunidades para evitar rixas, entre outras coisas.” (CONPANS; SOUZA, 2009, p.10).

Em 1961, Jane Jacobs iniciou o movimento que pensa a cidade como instrumento de enfrentamento da violência, publicado em “The death and life of great American cities”, uma das obras de maior influência sobre o tema, tratando de modo geral, a vitalidade urbana. Segundo Jacobs (1961), existem **três condições fundamentais** para que haja pessoas suficientes nas ruas, de forma que elas desempenhem a vigilância e diminuam a violência.

A **primeira condição** seria projetar espaços que tenham uma separação gradual e evidente, entre acessos de espaço público e privado, com constante movimento, criando uma percepção de risco para os infratores, definindo, ao mesmo tempo, graus de permeabilidade e configuração do espaço.

A graduação entre acessos público-privado é dada através do projeto de arquitetura e dos elementos que definem e caracterizam o espaço, devendo ser compreendidos como articuladores no processo de criação de lugares mais seguros. Um exemplo que contempla essas características é o Centro empresarial Itaú Conceição (Figura 1), localizado em São Paulo.

O complexo, em forma de quadra aberta, apresenta blocos de torres privadas que definem e configuram um espaço público de qualidade, através do paisagismo e dos desníveis. A divisão dos tipos de acessos é feita por meio dos elementos paisagísticos, como o espelho d’água que separa as áreas de circulação livre dos halls de entrada dos edifícios. Visualmente, os espaços possuem a mesma qualidade arquitetônica, não se utilizando de elementos que impactam negativamente o entorno, como barreiras visuais ou muros altos, que ditam regras de permeabilidade de forma agressiva para a cidade. Dessa forma, o projeto se integra de forma lúdica e contínua com o território e, assim, não há uma tensão entre espaço público e espaço privado, ambos são claramente separados em uma linguagem de projeto que traz confiança para ambos os lados.

FIGURA 1- Centro Empresarial Itaú Conceição

Fonte: Edgard Georges El Khouri (2014)



Nesse conceito, a informação que transforma o espaço, também transborda para além da área em que o projeto está inserido, impactando diretamente o espaço circundante da cidade. O entorno deixa de ser uma área acéfala, tornando-se um vizinho ativo, que se modifica, forma e informa, intercomunicando-se com outros espaços (MERLIN; QUEIROGA, 2011). Portanto, a relação entre a intercomunicação pessoal e a vitalidade urbana se fazem fundamentais para a configuração de espaços urbanos potencialmente seguros e educadores, obrigando-nos a refletir sobre as novas polarizações do sistema público/privado incidindo sobre a noção de cidadania.

Há pessoas utilizando o espaço público a todo momento, de forma consciente ou inconsciente, seja contemplando-o por meio das suas casas, seja através das atividades corriqueiras, resultando em um complexo sistema de vivência urbana e vigilância natural, potencializadas por meio dos elementos arquitetônicos. Esta **segunda condição** é pontuada por Jacobs (2000) como “olhos da rua”, onde confusões, brigas e outros delitos são rapidamente controlados ou inibidos por ações de transeuntes e moradores, que observam os acontecimentos dentro de suas casas ou estabelecimentos. Nesse sentido, tem-se a arquitetura como elemento fundamental para o enfrentamento da violência, pois o projeto arquitetônico irá determinar a maior ou menor permeabilidade visual para os acontecimentos da cidade.

Como contraexemplo, têm-se edifícios muito verticalizados e grandes muros cercando condomínios fechados (Figura 2), que impactam diretamente o entorno e os espaços públicos da cidade de forma negativa, resultando em lugares inóspitos e inseguros.

FIGURA 2- Muro de condomínio fechado em Indaiatuba/SP

Fonte: Fernanda Bonon, Acervo pessoal (2018)



Portanto, a segurança deve ser dividida com a coletividade. Muros altos, ruas corredores sem vida e edifícios verticalizados obstaculizam os olhares plenos, fiscalizadores e contundentes. Cada vez mais recorrentes estão localizados em importantes acessos e encontros da malha urbana. Geram espaços públicos que sofrem depredação e facilitam a violência urbana. Ao fragmentar a cidade por meio da separação rígida demandam segurança sofisticada e a desigualdade aparece como valor estruturante, engendrando a segregação socioespacial, por incitar que apenas pessoas de mesma classe social convivam conjuntamente.

Um exemplo emblemático é o “Programa Abrindo Espaços: Educação e Cultura para a Paz” fomentado a partir de uma iniciativa da UNESCO no Rio de Janeiro e em Pernambuco, desde o ano de 2000, que propõe que escolas públicas, localizadas em regiões que apresentam elevados índices de violência, abram espaços públicos

permeáveis, de modo a oferecer alternativa de atividades esportivas, culturais e de lazer para os jovens em período fora do horário de aula ou finais de semana, integrando toda a comunidade por meio de programas sociais que se contrapõem à violência, com a abertura física das unidades escolares, promovendo a noção de cidadania, de pertencimento e de segurança perante o meio urbano.

As experiências ambientais, que tomam os espaços como potencialmente educadores, estão profundamente ligadas à troca de experiências e ao convívio entre pessoas diferentes, enriquecendo o repertório pessoal de cada um e criando uma noção de cidadania e igualdade, ou seja, uma prática informal de liberdade, não de opressão, que é favorecida pelos espaços livres e pela arquitetura.

Quando os espaços públicos estimulam eventos sociais, políticos ou culturais, promovem também relações interpessoais e respeito à alteridade; assim, a educação é resultado da interação humana. Sob esse contexto, a cidade de Medellín tornou-se um símbolo de transformação urbana e social para o restante do mundo, ao propor projetos voltados para a inclusão social e igualitária em zonas periféricas, diminuindo consideravelmente o índice de criminalidade e violência urbana, resultando em uma cultura cívica e de paz, frutos do cumprimento voluntário de regras de comportamento a que o espaço público induz.

No final do Século XX e início do XXI, aconteceram mudanças de grande impacto como produto da reforma constitucional colombiana, com enfoque nas políticas urbanas para bairros populares, que colocou como eixo estruturador e vinculante do sistema urbano, a recuperação de áreas degradadas, partindo da reestruturação de vias, transporte público, praças, parques etc., como elementos fundamentais para o combate da violência que, em pouco tempo, se mostrou eficaz, conforme revela a queda considerável no índice de mortalidade para um décimo, depois das intervenções ocorridas em Medellín.

Nesse contexto, se destacam os projetos das Bibliotecas-Parques, localizadas em Bogotá e em Medellín, que se sobressaem pelos espaços arquitetônicos de altíssima qualidade implantados em áreas periféricas com alto índice de vulnerabilidade.

Como exemplo, pode-se notar a Biblioteca de San Javier (Figura 3), cuja arquitetura é consolidada em desníveis que permitem um acesso convidativo, ao mesmo tempo que configura os espaços que se integram diretamente com a comunidade. Assim, o reconhecimento do espaço público de uso comum “de todos para todos” é consolidado, criando uma identidade, de modo que, pela organização do espaço arquitetônico e acesso ao conteúdo cultural e informativo proporcionado pela biblioteca pública, se instiga a restauração dos valores de responsabilidade coletiva, estruturando relações espaciais e sociais entre diferentes pessoas, resultando em um sistema integral de educação.

FIGURA 3- Biblioteca de San Javier

Fonte: Juan Felipe Gómez (2013)



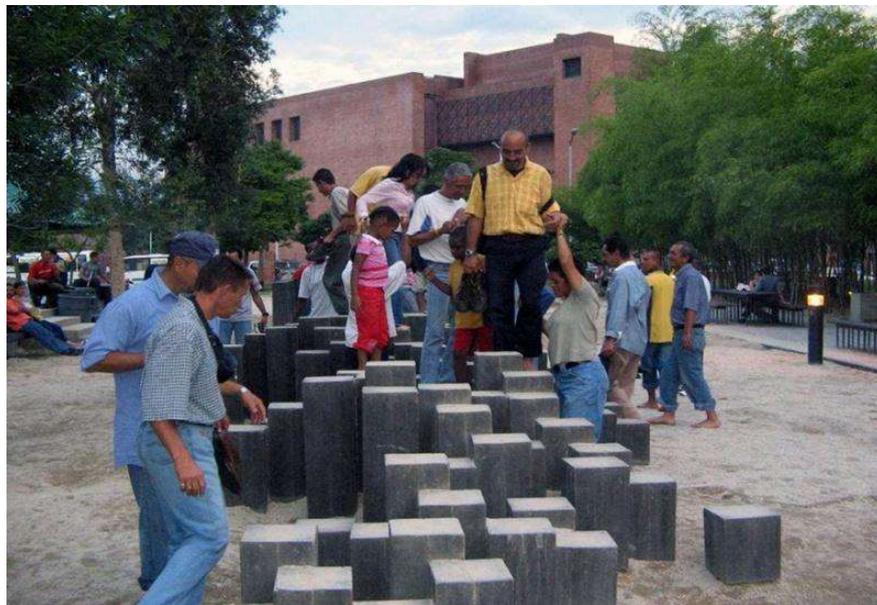
O **terceiro e último conceito** contemplado por Jacobs (2000) abrange o campo da urbanidade, apontando que os espaços potencialmente seguros devem conter pessoas transitando ininterruptamente, tratando da vitalidade urbana. Jacobs descreve esse evento como “balé das ruas”, no qual os vários transeuntes que desfrutam do espaço público se tornam agentes ativos com os mais diferentes propósitos, saindo para as ruas em horários diversos e para as mais diversas atividades. Essas diferentes dinâmicas interagem entre si e se complementam através da arquitetura dos espaços públicos, resultando em uma teia de interação social de cuidado mútuo e reconhecimento de pertencimento, educando através das trocas de experiências.

Sabe-se que o ambiente urbano interage conosco por meio de sensações, que são captadas e transformadas em uma experiência ambiental, fazendo com que exploremos o espaço (MERLIN; QUEIROGA, 2011), despertando o senso de identidade e de valorização do lugar através da percepção. Um exemplo disso é o Parque dos Pés Descalços (Figura 4), localizado em Medellín, que explora elementos que aguçam as sensações humanas ao mesmo tempo que propõem vitalidade urbana e transição de pessoas que, aguçadas pela curiosidade, desfrutam o local, gerando espaços educadores por incitar cuidados mútuos e vivência social.

Nesse parque desenvolvem-se atividades que permitem a circulação ininterrupta de pessoas, o que, conseqüentemente, resulta em um lugar de amplo impacto cultural e fonte de trocas de conhecimento, integrando-se ao entorno por meio da calçada para pedestres. O desenho convida o transeunte a adentrar no projeto ao mesmo tempo que amplia o campo de visão para os acontecimentos locais, aguçando a sensação de que a segurança vai além da força policial, está inserida na vivência do espaço público e desperta a sensação de segurança cidadã.

FIGURA 4- Parque dos pés descalços. Medellín, Colômbia

Fonte: José Roberto Merlin, Acervo pessoal (2013)



Neste contexto, deve-se compreender a arquitetura com o objetivo formativo e informativo, que configura um lugar que oferece segurança e que facilita educar as pessoas através dos espaços públicos. Portanto, além de todos os fatores citados anteriormente, é fundamental que o espaço seja profundamente relacionado com o campo das artes, cuja sensação a priori “é educar por meio do estranhamento, que dilata a percepção sensorial e o conhecimento sensível ao se defrontar com o inédito”. (MERLIN; QUEIROGA, 2011, p.08).

Diante desse quadro inusitado, no qual a linguagem é imposta pela informação por meio dos objetos técnicos, deve-se pensar no espaço enquanto forma de arte que se

utiliza de padrões estéticos para revelar o mundo ao usuário, encorajando-o a construir sua autonomia intelectual, revelando a legibilidade do lugar como instrumento de enfrentamento da violência, indo além da concretude da arquitetura e entrando no campo simbólico, no imaginário da população, como se percebe na Figura 5, escultura de Campinas em homenagem ao maestro campineiro Carlos Gomes elaborada por Daniela Galli, Carlos Adriano Lazanha e Pedro Paulo Mainieri.

Figura 05 – Escultura para Carlos Gomez em Campinas/SP

Fonte: José Roberto Merlin, Acervo pessoal (2013)



Assim, é possível afirmar que as infindáveis possibilidades e qualidades educadoras, que a cidade pode oferecer estabelecem uma relação direta com elementos que tornam o espaço público mais seguro, diminuindo o índice de violência; sendo possível inferir que, em todo lugar do mundo, quem faz a segurança da cidade não é o aparato policial isoladamente, mas sim o próprio cidadão, a presença de pessoas em interação e o sentimento de pertencimento à coletividade.

Conclui-se que um processo de educação contínua estabelecida pela cidade, incluindo a proposição arquitetônica e a decorrente configuração espacial do projeto do entorno, é indispensável quando se propõe uma “cultura cidadã” e se respeita a identidade social, estabelecendo relações de pertencimento com a cidade em um processo contínuo.

Considerações Finais

Constatou-se que o ambiente da cidade impõe estímulos reais à vida diária, criando regras sociais, afetando diretamente o modo de interagir entre as pessoas, no convívio e nas estratégias de vigilância de uns sobre os outros. Esse processo resulta em um sistema de barreiras e permeabilidades materializado pelo espaço, que deveria favorecer encontros interpessoais constituindo relações sociais, que poderiam potencializar o sentimento de cidadania, avivando a noção de pertencimento e segurança perante o meio urbano.

O pensamento de compreender a atividade policial como única força repressiva para delitos não é eficiente. Deve-se investir em estratégias de prevenção também através do desenho urbano, desenvolvendo espaços públicos capazes de atender às necessidades físicas e sociais dos cidadãos, formando redes de convivência que potencializam a confiança recíproca.

Desde sempre, a cidade tem sido lugar educador por excelência e, como elemento que afeta diretamente o convívio social, deveria ser objeto indispensável de intervenção na incorporação do tema “segurança”, ultrapassando os procedimentos policiais (COMPANS; SOUZA, 2009) no desenho dos espaços livres e públicos da cidade.

Tendo como base a Carta das Cidades Educadoras, elaborada durante as reuniões da Associação Internacional das Cidades Educadoras, precursora do pensamento da cidade como elemento potencial das possibilidades educadoras, constata-se que há carência de discussões que façam, do espaço urbano em si, colaborador no combate à violência. Dessa forma, é necessário desvelar conceitos espaciais cujas características aguçam o espaço como potencialmente educador e agente de combate à violência urbana, utilizando como base as teorias propostas por Jacobs (2000) e Merlin e Queiroga (2011).

Foram constatados uma série de elementos arquitetônicos considerados mecanismos de defesa, como muros e condomínios fechados, que acabam agravando as condições de segurança dos espaços públicos, tornando-os aversivos e se antepondo à questão de educar pela cidade. Dessa forma, existe a necessidade do aprofundamento teórico sobre a influência do espaço público de qualidade como instrumento de educação informal e de defesa, onde a segurança se torne responsabilidade de uma coletividade influenciada pelo meio urbano.

É necessário estabelecer uma forte participação comunitária para os projetos, discutindo-se as configurações espaciais e seus dispositivos. Há uma tendência mundial de se considerar a cidade como espaço educador, desde as reuniões da UNESCO em 1970. Esse processo se tornou possível devido aos novos objetos técnicos, produtos da globalização para a formação de nova sociedade, tecendo redes de interações e se articulando com o espaço fenomenológico e existencial do urbano. Assim, pode-se atribuir sentidos por meio da vivência e da experiência entre todos, harmonizando e preservando símbolos vinculados à memória coletiva e às novas necessidades, resultando em espaços potencialmente educadores e, por consequência, mais seguros.

Referências Bibliográficas

AIGE- **Carta das Cidades Educadoras. Declaração de Barcelona**, 1990, revista Bologna, 1994, revista Genova, 2004. Disponível em <<http://www.edcities.org/wp-content/uploads/2013/10/Carta-Portugues.pdf>>. Acesso em 20 set. 2015.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.

CAVALCANTI, Murilo. **As lições de Medellín e Bogotá: do caos à referência mundial**. Recife: INTG, 2013

CENTELLES, Josep. **Cidade Educadora (Território Educador)**. Brasília: 10 Expo Brasil, 2012.

COMPANS, Rose; SOUZA, Maria Julieta Nunes. **Espaços urbanos seguros: A temática da segurança no desenho da cidade**. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais. V.11 n.1, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2009v11n1p9>>. Acesso: 02 fev. 2018

CROWE, Timothy D. **Crime Prevention Through Environmental Design: Applications of Architectural Design and Space Management Concepts**. Butterworth-Heinemann, 2000.

CULLEN, G. **Paisagem urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

DIAS, Marina Simone; JÚNIOR, Milton Esteves. **O espaço público e o lúdico como estratégias de planejamento urbano humano em: Copenhague, Barcelona, Medellín e Curitiba**. Cad. Metrop. São Paulo, v. 19, n. 39, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cm/v19n39/2236-9996-cm-19-39-0635.pdf>>. Acesso: 30 mar. 2018

FRANCO, Augusto de. **Evolução criadora**. Disponível em: <<http://evolucaocriadora.blogspot.com/2010/07/buscadores-polinizadores-3a-versao.html>>. Acesso em: 13 set. 2017

GÓMEZ, Juan Felipe. **Biblioteca Presbítero Jorge Luis Arroyave**. Disponível em : <<http://arqa.com/editorial/medellin-r/biblioteca-presbitero-jorge-luis-arroyave>> Acesso: 19 fev. 2018

HOLANDA, Federico Rosa Borges de. **Arquitetura e Urbanidade**. PróEditores, 2003

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Coleção a, São Paulo, WMF Martins Fontes, 2000.

KHOURI, Edgard Georges El. **Espaços públicos-privados na arquitetura e no urbanismo: Espaços públicos-privados, o interesse social versus o privado, integração, áreas verdes e a ocupação urbana**. Disponível em: <http://lounge.obviousmag.org/arquitexturas_musicais_e_a_vida/2014/04/espacos-publico-privados-na-arquitetura-e-no-urbanismo.html>. Acesso: 29 mar. 2018

LYNCH, Kevin. **A Boa Forma Urbana**. Lisboa: Edições 70, 2007.

MARCONDES, José Sergio. **Prevenção de crimes por meio de projetos arquitetônicos**. Disponível em: <<https://www.gestaodesegurancaprivada.com.br/prevencao-de-crimes-por-meio-de-projetos/>>. Acesso: 25 jul. 2018

MERLIN, José Roberto; QUEIROGA, Eugenio Fernandes. **Sobre espaços públicos potencialmente educadores**. Quapa-Sel, 18 nov. 2011. Disponível em: <<https://silviomacedo.files.wordpress.com/2011/11/artigo-21.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2017

ORTEGA, Artur Renato. **Notas sobre a experiência [E o aprender] da arquitetura**. Projetar. Disponível em: <revistaprojetar.ct.ufrn.br/index.php/revprojetar/article/view/35>. Acesso: 13 sets. 2017

ROUX, Nicolas le. **O edifício como articulador e constituídos da urbanidade: a biblioteca e a cidade**. Disponível em <https://issuu.com/nicolas.lr/docs/relat_rio_parcial_nicolas_le_roux>. Acesso: 2 fev. 2018

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. 4. reimpr. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

WAISELFISZ, Julio Jacobo; MACIEL, Maria. **Revertendo Violência semeando futuros: Avaliação de impacto do programa “Abrindo espaços” no Rio de Janeiro e em Pernambuco**. Brasília: UNESCO, 2003.

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A responsabilidade da correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. As opiniões pessoais emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, tendo cabido aos pareceristas julgar o mérito das temáticas abordadas. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob responsabilidade de gerência do autor, salvaguardado o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: “O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação”.

O CADERNOS PROARQ (issn 2675-0392) é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis de forma *online* a todos os pesquisadores interessados, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente, de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.

Submissão: 22/09/2019

Aceite: 28/11/2019